

ANÁLISE DAS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS BRASIL-CHINA NO PERÍODO 2019-2024

Rafael Bernardo Silveira ¹

Resumo

Com um Produto Interno Bruto de aproximadamente US\$ 2,1 trilhões em 2024, o Brasil posiciona-se dentre as dez maiores economias do mundo. Nos últimos anos, o país estabeleceu laços comerciais relevantes com a China, que se tornou sua principal parceira em importações e exportações. Este trabalho analisa o avanço das relações geoeconômicas entre Brasil e China no período 2019–2024, que reúne o governo protofascista de Bolsonaro, com forte discurso sinofóbico, e o retorno de Lula da Silva, favorável às relações sul-sul. A abordagem ancora-se na Nova Economia do Projeto (Jabbour; Dantas; Espíndola; Vellozo, 2020), que interpreta a China como uma Nova Formação Econômico-Social. Do ponto de vista metodológico, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, com base em dados de comércio exterior (COMEXSTAT/MDIC), investimentos diretos (CEBC/Cariello, 2025) e indicadores macroeconômicos (World Bank, 2025). Os resultados revelam crescimento expressivo das trocas bilaterais, mas também assimetria estrutural que coloca o Brasil em posição de maior dependência relativa.

Palavras-chave: Brasil. China. Geoeconomia. Geopolítica. Nova Economia do Projeto.

ANALYSIS OF BRAZIL – CHINA GEOECONOMIC RELATIONS IN THE PERIOD 2019 – 2024

Abstract

With a GDP of approximately US\$ 2.1 trillion in 2024, Brazil ranks among the ten largest economies in the world. In recent years, the country has established significant commercial ties with China, which has become its main partner in both imports and exports. This paper analyzes the geoeconomic relations between Brazil and China from 2019 to 2024, a period that encompasses the proto-fascist Bolsonaro government, marked by sinophobic discourse, and the return of President Lula da Silva, favorable to South-South relations. The theoretical framework is anchored in the New Project Economy (Jabbour; Dantas; Espíndola; Vellozo, 2020), which interprets China as a New Economic-Social Formation. From a methodological standpoint, this is a bibliographical and documentary research, based on foreign trade data (COMEXSTAT/MDIC), foreign direct investment data (CEBC/Cariello, 2025) and macroeconomic indicators (World Bank,

¹Professor EBT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, rafael.silveira@ifc.edu.br, <https://orcid.org/0000-0002-0485-3460>

2025). Results reveal expressive growth in bilateral trade, alongside a structural asymmetry that places Brazil in a position of greater relative dependence.

Keywords: Brazil. China. Geoeconomics. Geopolitics. New Project Economy.

ANÁLISIS DE LAS RELACIONES GEOECONÓMICAS BRASIL – CHINA EN EL PERÍODO 2019 – 2024

Resumen

Con un PIB de aproximadamente US\$ 2,1 billones en 2024, Brasil se posiciona entre las diez mayores economías mundiales. En los últimos años, el país ha establecido lazos comerciales relevantes con China, que se convirtió en su principal socio en importaciones y exportaciones. Este trabajo analiza las relaciones geoeconómicas entre Brasil y China en el período 2019–2024, que reúne el gobierno protofascista de Bolsonaro, con fuerte discurso sinofóbico, y el retorno de Lula da Silva, favorable a las relaciones sur-sur. El enfoque teórico se ancla en la Nueva Economía del Projetamiento (Jabbour; Dantas; Espíndola; Vellozo, 2020), que interpreta a China como una Nueva Formación Económico-Social. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación bibliográfica y documental, basada en datos de comercio exterior (COMEXSTAT/MDIC), inversiones directas (CEBC/Cariello, 2025) e indicadores macroeconómicos (World Bank, 2025). Sonnet 4.6 Los resultados revelan crecimiento expresivo de los intercambios bilaterales y una asimetría estructural que coloca a Brasil en posición de mayor dependencia relativa.

Palavras-chave: Brasil. China. Geoeconomia. Geopolítica. Nova Economia do Projetamento.

Introdução

As relações geoeconômicas entre Brasil e China representam um dos fenômenos mais significativos do comércio internacional contemporâneo, cujas transformações se intensificaram ao longo das duas últimas décadas. O período entre 2019 e 2024 é particularmente relevante para a análise, pois reúne, em um mesmo intervalo temporal, dois projetos políticos antagônicos no Brasil: o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), marcado por um discurso de caráter protofascista, sinofóbico e anticomunista, e o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (a partir de janeiro de 2023), com postura favorável às relações sul-sul e ao aprofundamento da cooperação bilateral com a China e demais nações do chamado Sul Global.

Com um Produto Interno Bruto de aproximadamente US\$ 2,1 trilhões em 2024 (World Bank, 2025), o Brasil se posiciona dentre as dez maiores economias do mundo e a primeira da América Latina. Esse resultado está diretamente relacionado ao crescimento econômico observado ao longo das últimas décadas, durante as quais, em apenas três ocasiões, o país apresentou crescimento negativo. Nos últimos anos, o país estabeleceu laços comerciais relevantes com a China, que se tornou sua principal parceira em importações e exportações, posição que ocupa desde 2009, quando superou definitivamente os Estados Unidos — que havia sido o principal parceiro comercial do Brasil por quase sete décadas.

A China, sendo a segunda maior economia global em valores absolutos, e a primeira quando mensurada pela Paridade de Poder de Compra desde 2016, continua seu processo de crescimento e inserção internacional, alavancado principalmente após o período de reformas iniciado em 1978. Desde então, o país apresentou crescimento médio do PIB de aproximadamente 9% a.a. (World Bank, 2025), postando-se como o principal parceiro econômico de inúmeros países e blocos econômicos. É nesse cenário que Brasil e China estabeleceram um vínculo que não apenas alterou a dinâmica do comércio bilateral, mas impactou as relações econômicas e políticas globais, especialmente na segunda década do século XXI, com a busca de ambos os países por maior cooperação em múltiplas áreas, incluindo comércio, investimentos e desenvolvimento sustentável.

O objetivo principal deste trabalho é analisar o avanço das relações geoeconômicas entre Brasil e China no período 2019–2024. A justificativa implícita para essa análise reside na importância de compreender os desdobramentos dessa relação não apenas para os dois países, mas para a economia mundial, em tempos de transformação e incerteza política no Brasil como os que se observaram nos últimos anos, marcados pela pandemia de Covid-19, pela guerra comercial sino-americana e pela reorganização da ordem internacional.

A abordagem teórica que perpassa este artigo ancora-se na concepção de Nova Economia do Projeto, desenvolvida sistematicamente por Jabbour, Dantas,

Espíndola e Vellozo (2020) a partir da atualização crítica do pensamento do economista brasileiro Ignácio Rangel (1914–1994). Essa perspectiva interpreta a China como uma Nova Formação Econômico-Social em construção, distinta tanto do capitalismo liberal quanto dos modelos tradicionais de socialismo do século XX, fornecendo instrumental teórico essencial para compreender a expansão geoeconômica chinesa e suas implicações para o Brasil.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental. Almeida (2011) diferencia as duas abordagens quanto ao tipo de tratamento analítico recebido: a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, tais como livros, artigos e periódicos; a pesquisa documental baseia-se em material que ainda não recebeu tratamento analítico. Foram consultados documentos oficiais e bases de dados institucionais, entre os quais: os registros de comércio exterior do COMEXSTAT/MDIC, dos quais foram extraídos dados de valor exportado e importado, variação anual e composição da pauta comercial bilateral; os relatórios anuais do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC/Cariello, 2025), que forneceram dados sobre volume, número de projetos, distribuição setorial e forma de ingresso dos investimentos externos diretos chineses no Brasil; e as bases de dados macroeconômicos do World Bank (2025), consultadas para indicadores de PIB, crescimento econômico e posição relativa dos dois países na economia mundial. Realizada a recolha das informações, o material foi tratado seguindo a sequência: contextualização das variadas fontes — análise do material captado — síntese — considerações dos autores.

Para além desta introdução, o artigo divide-se em duas seções de desenvolvimento. A primeira apresenta o arcabouço teórico da Nova Economia do Projeto e a natureza da formação econômico-social chinesa contemporânea. A segunda analisa as relações geoeconômicas sino-brasileiras no período 2019–2024, contemplando o contexto geopolítico, o comércio exterior, os investimentos diretos e a dimensão da assimetria estrutural. Por fim, são apresentadas as considerações finais do autor.

A Nova Economia do Projeto e a Formação Econômico-Social Chinesa

A compreensão das relações geoeconômicas entre Brasil e China exige um esforço interpretativo que vá além das abordagens convencionais do comércio internacional. A China contemporânea não pode ser adequadamente analisada pelas categorias do capitalismo liberal, capitalismo de Estado, neoliberalismo com características chinesas ou economia de mercado convencional, tampouco reduzida à experiência do socialismo soviético do século XX. É nesse terreno de insuficiências teóricas que o conceito de Nova Economia do Projeto emerge como contribuição original e fecunda ao debate sobre o desenvolvimento econômico chinês e suas implicações globais.

O conceito foi formulado de maneira sistemática por Jabbour, Dantas, Espíndola e Vellozo (2020) a partir da atualização crítica do pensamento de Ignácio Rangel. Em meados do século XX, Rangel havia elaborado o conceito de "economia do projeto" a partir da observação das economias planificadas — em especial a soviética — e da reconstrução europeia do pós-guerra. Em sua concepção original, o projeto designa uma forma superior de organização econômica na qual a razão humana, por meio do planejamento e da elaboração de grandes projetos de utilidade social, subordina a microeconomia do lucro privado à macroeconomia do bem-estar coletivo. Projeto, nesse sentido, significa o emprego da razão humana para enfrentar as contradições geradas pelo processo de desenvolvimento, substituindo o curto-prazismo do empresário privado pelo bem-estar da sociedade.

A teoria e a prática do projeto foram abandonadas com a transformação do capitalismo em "capitalismo financeirizado" e com o fim da experiência soviética. A China atual representa, segundo Jabbour (2019), uma retomada gigantesca e historicamente superior do que já ocorreu antes, não uma simples cópia, mas uma forma qualitativamente nova de projeto, dotada de características próprias que emergem das contradições históricas do século XXI. É nova porque incorpora a internet, o big data e a inteligência artificial à economia real; porque utiliza o renminbi digital

como atributo de uma nova formação socioespacial; e porque coloca a soberania monetária a serviço do planejamento em escala sem precedentes históricos.

A Nova Economia do Projeto, tal como elaborada por Jabbour e coautores, articula quatro elementos fundamentais e interdependentes. O primeiro é a superação da "incerteza keynesiana": a capacidade estatal de coordenar investimentos em larga escala, por meio do planejamento quinquenal e dos grandes conglomerados empresariais estatais, elimina a incerteza que paralisa o investimento privado nas economias capitalistas. O segundo é a "planificação da destruição criativa": ao introduzir conscientemente contradições no seio econômico, como inovações tecnológicas disruptivas, o Estado chinês gera um movimento de superação dessas contradições, impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas de forma planejada. O terceiro elemento é a soberania monetária: a China mantém um sistema financeiro público robusto, com mais de trinta bancos públicos de desenvolvimento, que permite ao Estado financiar projetos de grande escala sem dependência do mercado financeiro internacional. O quarto é o "pacto tácito de adesão": um acordo implícito entre o Estado e a sociedade no qual a aceitação generalizada da centralidade estatal na condução do desenvolvimento é legitimada pelos resultados concretos em termos de melhoria dos padrões de vida (Jabbour et al., 2020).

Do ponto de vista estrutural, a Nova Economia do Projeto chinesa caracteriza-se pela coexistência, em uma mesma formação econômico-social, de modos de produção distintos. Na China, o setor estatal dominante é composto por dezenas de grandes conglomerados empresariais públicos e por um amplo sistema financeiro estatal, sendo o único capaz de irradiar efeitos de encadeamento para toda a economia, inclusive o setor privado. As empresas privadas, embora numerosas e quantitativamente expressivas, são beneficiárias, e não dirigentes, dos ciclos de acumulação que surgem no setor público. O Estado aumentou seu alcance qualitativo e o setor privado o alcance quantitativo, e não o contrário, como pretendem as leituras liberais da experiência chinesa (Jabbour; Dantas, 2017).

Jabbour e Gabriele (2021) sintetizam essa formação econômico-social sob o conceito de "socialismo de mercado", sublinhando que tal denominação não implica contradição, mas uma síntese historicamente determinada. O mercado opera como mecanismo alocativo em múltiplos setores, mas a direção estratégica do desenvolvimento permanece nas mãos do Estado e do Partido Comunista Chinês (PCCh). Em situação de conflito entre os interesses dos acionistas privados e as orientações do PCCh, o partido prevalece. Essa característica distingue radicalmente a China do capitalismo de Estado convencional, no qual o Estado atua como empresário capitalista ordinário, e também do "neoliberalismo com características chinesas", na formulação de Harvey (2005), que não consegue explicar a trajetória de aprofundamento do papel estatal observada a partir de 2009.

O filósofo Domenico Losurdo (2017), em artigo publicado no *International Critical Thought*, argumenta que a China não se tornou capitalista após as reformas de 1978, mas empreendeu uma transição complexa que combina elementos de mercado com a preservação da direção socialista. Para Losurdo, a adoção de mecanismos de mercado e a permissão ao enriquecimento individual não configuram restauração capitalista, mas estratégia de desenvolvimento das forças produtivas, condição necessária, na perspectiva marxista, para a construção do socialismo. Deng Xiaoping, ao afirmar que "tornar-se rico não é pecado" e que "o socialismo nada tem a ver com a distribuição igualitária de pobreza", lançou as bases filosóficas desse percurso histórico (Deng, 1992 [2011]). Essa interpretação dialoga com a de Roland Boer (2023), que distingue entre o socialismo revolucionário, característico das sociedades onde o socialismo ainda não está no poder, e o socialismo concreto, institucionalizado, em que um partido socialista governa e implementa uma agenda programática nacional.

Perry Anderson (2018), em análise histórico-comparativa das revoluções russa e chinesa, ressalta que o hiato de trinta anos entre as duas experiências forneceu à liderança chinesa um "espelho negativo" dos limites e fracassos da experiência soviética. A China aprendeu com o colapso da URSS, causado, entre outros fatores, pela incapacidade de reformar suas estruturas produtivas e pela desarticulação entre Estado e sociedade, e construiu uma trajetória distinta, que combina crescimento econômico

extraordinário com manutenção da autoridade política do PCCh. Esse argumento reforça a tese central da Nova Economia do Projeto: a China representa algo historicamente novo, que não pode ser capturado pelas categorias analíticas tradicionais do Ocidente.

Medeiros (2013; 2022) e Naughton e Tsai (2015), por caminhos interpretativos distintos, convergem em reconhecer o papel central do Estado chinês na coordenação do desenvolvimento, seja sob a denominação de "desenvolvimentismo com características chinesas" ou de "capitalismo de Estado". Para além das controvérsias de nomenclatura, o que esses autores confirmam, e que a teoria do projeto sistematiza, é que a China desenvolveu um modelo de organização econômica no qual o planejamento estatal de longo prazo, a soberania monetária e a subordinação dos interesses privados ao projeto nacional constituem elementos estruturantes inegociáveis.

A expressão material da Nova Economia do Projeto pode ser observada em realizações concretas de escala sem precedentes: aproximadamente 50 mil quilômetros de ferrovias de alta velocidade, a expansão de sistemas metroviários em dezenas de cidades, a liderança mundial em energias renováveis, com investimentos que superam a soma do resto do mundo, e o uso de tecnologias digitais integradas ao planejamento econômico. Como observa Jabbour (2019), a China transformou-se progressivamente em uma economia orientada à construção de grandes bens públicos, o que representa uma mudança qualitativa em relação ao modelo de acumulação baseado na produção de mercadorias para exportação que marcou as décadas iniciais do período reformista.

A inserção geoeconômica chinesa no mundo, da qual a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI), lançada em 2013 pelo presidente Xi Jinping, é a expressão mais visível, é compreendida como uma "globalização instituída pela China" (Jabbour; Dantas; Vadell, 2022). Diferentemente da globalização financeirizada liderada pelos EUA, a expansão chinesa tem como vetor principal os investimentos em infraestrutura produtiva e energética, que constroem parcerias de longo prazo com

países do Sul Global. O Brasil, nesse contexto, emerge como parceiro estratégico de crescente importância, tanto como fornecedor de alimentos e matérias-primas quanto como destino de investimentos produtivos de escala crescente.

A relevância desse arcabouço teórico para a análise das relações Brasil-China é direta e inescapável: permite ir além da mera descrição das trocas comerciais e dos fluxos de investimento para compreender a lógica estrutural que orienta a expansão geoeconômica chinesa. Ao identificar a China como uma Nova Formação Econômico-Social guiada pela lógica do planejamento, e não pela lógica do lucro privado de curto prazo, é possível entender por que os investimentos chineses no Brasil têm perfil setorial específico; por que resistiram às turbulências políticas do período Bolsonaro; e por que a eventual adesão brasileira à BRI representaria uma mudança qualitativa, e não apenas quantitativa, nas relações bilaterais.

As Relações Geoeconômicas Brasil – China no Período 2019–2024

Contexto geopolítico: continuidade econômica sob ruptura política

As relações políticas e econômicas sino-brasileiras contemporâneas completaram 50 anos em 2024. O reconhecimento diplomático da República Popular da China pelo Estado brasileiro foi resultado da diplomacia "pragmática" de Ernesto Geisel (1974-79), conforme registram Müller (2019) e Azevedo (2020), e desde então as relações comerciais entre os países cresceram significativamente, em especial a partir da entrada do país asiático na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, que catapultou sua participação na economia mundial.

O período 2019–2024 é delimitado por duas conjunturas políticas radicalmente distintas no Brasil, o que o torna analiticamente singular. O governo Jair Bolsonaro (2019–2022) caracterizou-se, no plano das relações exteriores, por um alinhamento ideológico pronunciado com os EUA, especialmente durante a presidência de Donald Trump (2017–2021), e por uma retórica abertamente hostil à China. O então presidente e seus aliados repetiram, ao longo do mandato, acusações de espionagem tecnológica,

atribuíram a origem da pandemia de Covid-19 à China em termos politicamente carregados e chegaram a questionar, por razões ideológicas, a participação da empresa chinesa Huawei no leilão do 5G no Brasil. A retórica anticomunista, herdeira de uma longa tradição da extrema-direita brasileira, encontrava na China seu principal alvo simbólico.

Destarte a virulência desse discurso, as relações econômicas entre os dois países não apenas se mantiveram como cresceram em volume ao longo do período Bolsonaro. Esse paradoxo é explicável pela natureza do modelo chinês: orientada por uma visão estratégica de longo prazo, a China mantém parcerias econômicas com base em interesses estruturais, não em afinidades ideológicas imediatas. Para grupos econômicos brasileiros, do agronegócio à mineração, passando pelo setor energético, com interesses consolidados no mercado chinês, qualquer ruptura nas relações bilaterais teria consequências devastadoras sobre seus resultados. Foram, pois, esses interesses privados que constrangeram o governo Bolsonaro a manter as relações comerciais na prática, desmentindo cotidianamente o discurso oficial sinofóbico e evidenciando que a economia impõe seus limites à política.

A guerra comercial entre EUA e China, intensificada a partir de 2018 sob Trump e continuada sob Biden, teve impacto direto e favorável ao Brasil. A imposição de tarifas punitivas estadunidenses sobre uma série de produtos chineses, e a retaliação chinesa sobre produtos estadunidenses, incluindo a soja, gerou um vácuo que o Brasil rapidamente preencheu, ampliando sua participação no mercado chinês de forma expressiva. A geopolítica da disputa EUA-China, longe de prejudicar as relações sino-brasileiras, criou oportunidades adicionais para a expansão do comércio bilateral, ironicamente sob um governo brasileiro que declarava apoio incondicional aos EUA nessa disputa.

O retorno de Lula da Silva ao poder, em janeiro de 2023, abriu uma nova fase nas relações bilaterais. Em novembro de 2024, o presidente Xi Jinping realizou visita de Estado ao Brasil, ocasião em que foram assinados trinta e sete acordos bilaterais nas áreas de agricultura, comércio, investimentos, infraestrutura, indústria, energia,

mineração, finanças, ciência e tecnologia, comunicações, desenvolvimento sustentável, turismo, esportes, saúde, educação e cultura (Brasil, 2025). A expectativa do lado brasileiro é diversificar o perfil da cooperação bilateral, buscando novas áreas na fronteira do conhecimento, como inteligência artificial, semicondutores e energias renováveis, o que, a se concretizar, representaria uma mudança qualitativa relevante na dinâmica das relações entre os dois países.

Comércio exterior: crescimento expressivo, estrutura assimétrica

Os dados do comércio exterior revelam, ao longo do período 2019–2024, uma trajetória de crescimento consistente e expressivo, embora permeada por uma assimetria estrutural que permaneceu inalterada. Em 2019, ano de início do recorte temporal deste trabalho, o Brasil exportou aproximadamente US\$ 63,3 bilhões para a China, com predominância de soja, minério de ferro, petróleo e celulose como principais produtos. Em 2024, esse valor saltou para aproximadamente US\$ 116 bilhões, representando um crescimento de 83% no período — ritmo muito superior ao crescimento médio do comércio mundial no mesmo intervalo. A China consolidou-se, definitivamente, como o principal destino das exportações brasileiras, respondendo por aproximadamente 28% do valor total exportado e por nada menos que 41,4% do superávit comercial do Brasil em 2024 (COMEXSTAT, 2025). A evolução detalhada das exportações brasileiras para a China no período pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1 – Exportações brasileiras para a China (em US\$ bilhões) – 2019–2024

Ano	Valor exportado (US\$ bi)	Variação anual	Principais produtos exportados
2019	US\$ 63,3 bi	–	Soja, minério de ferro, petróleo, celulose
2020	US\$ 67,7 bi	+6,9%	Soja, minério de ferro, petróleo, carne
2021	US\$ 87,6 bi	+29,4%	Soja, minério de ferro, petróleo, carne bovina
2022	US\$ 89,4 bi	+2,1%	Soja, minério de ferro, petróleo, celulose
2023	US\$ 104,0 bi	+16,3%	Soja, minério de ferro, petróleo, carne

2024	US\$ 116,0 bi	+11,5%	Soja (33,4%), petróleo (21,2%), minério de ferro (21,1%)
------	---------------	--------	--

Fonte: SECEX/MDIC, COMEXSTAT (2025). Elaborado pelo autor.

No entanto, a estrutura das exportações brasileiras para a China permaneceu fortemente concentrada em commodities primárias ao longo de todo o período. Em 2024, soja (33,4%), petróleo bruto (21,2%) e minério de ferro (21,1%) representavam 75,6% do total exportado, três produtos, três quartos do valor total. O Brasil consolidou-se como o maior fornecedor mundial de soja, carne bovina, celulose, açúcar e carnes de aves para o mercado chinês, confirmando um padrão exportador que remonta às primeiras décadas das relações bilaterais e que o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, iniciado com os governos neoliberais dos anos 1990 e acelerado com a demanda chinesa nas décadas seguintes, consolidou estruturalmente. Lamoso (2020) demonstra que esse processo expressa a ausência de um projeto de desenvolvimento econômico nacional capaz de competir na fronteira tecnológica, expondo o território brasileiro à desindustrialização e à perda de complexidade econômica.

Do lado das importações brasileiras provenientes da China, o valor total passou de US\$ 36 bilhões em 2019 para aproximadamente US\$ 70 bilhões em 2024, crescimento anual de 22% neste último ano, com destaque para equipamentos eletrônicos, máquinas, produtos químicos, componentes industriais e, mais recentemente, veículos elétricos e seus componentes. Essa estrutura de importações, manufaturados de alto valor agregado, contrasta diametralmente com a estrutura das exportações (commodities de baixo valor agregado), definindo o perfil qualitativo da assimetria que caracteriza o comércio bilateral. Essa assimetria tem nome na literatura econômica: deterioração dos termos de troca, fenômeno identificado pela CEPAL desde os anos 1950, que ressurge, neste século, na relação específica entre o Brasil e a China.

Apesar da assimetria qualitativa, o Brasil manteve superávit comercial com a China ao longo de todo o período analisado. A Tabela 2 apresenta a evolução da balança

comercial bilateral no período em tela, evidenciando tanto o crescimento absoluto das trocas quanto a posição relativa de cada país na relação.

Tabela 2 – Balança comercial Brasil – China (em US\$ bilhões) – 2019–2024

Ano	Exportações BR→CN (US\$ bi)	Importações CN→BR (US\$ bi)	Saldo (US\$ bi)	Participação da China nas exp. brasileiras
2019	63,3	36,0	+27,3	28%
2020	67,7	34,8	+32,9	29%
2021	87,6	47,7	+39,9	31%
2022	89,4	60,7	+28,7	29%
2023	104,0	53,1	+50,9	37%
2024	116,0	70,0	+46,0	28%

Fonte: COMEXSTAT (2025); World Bank (2025). Elaborado pelo autor.

A posição relativa dos dois países na relação bilateral confirma a assimetria estrutural de forma eloquente. Em 2024, o Brasil era o 6º maior fornecedor da China, com participação de 5,5% no mercado chinês — número ainda modesto quando considerada a totalidade do mercado chinês —, enquanto a China era o 1º fornecedor e o 1º destino do Brasil, respondendo por 24,2% das importações e 28% das exportações brasileiras. Enquanto a China possui uma estratégia deliberada de diversificação de mercados, visando evitar dependências excessivas de qualquer parceiro individual, os EUA, seu principal parceiro, representam apenas 7% de suas exportações, o Brasil encontra-se em posição de forte dependência da demanda chinesa para sustentar seus superávits externos (COMEXSTAT, 2025). Essa assimetria de dependências define o campo de forças e os limites da negociação bilateral.

É relevante registrar ainda que a guerra comercial sino-americana produziu efeitos expressivos sobre a composição das exportações brasileiras para a China, especialmente no setor da soja. As restrições chinesas à soja estadunidense, adotadas como retaliação tarifária às imposições de Trump, criaram uma janela de oportunidade

que o agronegócio brasileiro soube aproveitar com rapidez. Em 2023, aproximadamente 62,13% das importações chinesas de soja eram provenientes do Brasil, enquanto a participação dos EUA havia diminuído de 32,24% em 2013 para 23,39% em 2023 (UN Comtrade, 2024). Esse deslocamento de fornecedores, favorável ao Brasil, foi fruto não de uma política ativa de diversificação por parte do governo brasileiro, mas da lógica da disputa geopolítica sino-americana , o que evidencia, uma vez mais, a vulnerabilidade estrutural de um país cuja inserção internacional é ditada por forças externas.

Investimentos diretos: recorde histórico e reorientação estratégica

Os Investimentos Externos Diretos (IEDs) chineses no Brasil experimentaram uma trajetória dinâmica e qualitativamente distinta no período 2019–2024. Após o pico histórico de valor registrado entre 2015 e 2019, marcado por megaprojetos intensivos em capital no setor de eletricidade, protagonizados por empresas como State Grid e China Three Gorges, e por grandes projetos no setor de petróleo, os anos 2020–2024 apresentaram uma mudança estrutural no perfil dos investimentos: redução do valor médio anual investido para US\$ 3,1 bilhões, mas com aumento expressivo do número médio de projetos, que chegou a 27 ao ano, o maior registrado historicamente. Como aponta Cariello (2025), esse movimento confirma a tendência de empresas chinesas estarem mirando iniciativas menos intensivas em capital, geralmente voltadas à inovação e à transição energética, em consonância com as transformações internas da própria economia chinesa. A Tabela 3 sintetiza a evolução dos IEDs chineses no Brasil ao longo do período analisado.

Tabela 3 – Investimentos Externos Diretos (IEDs) chineses no Brasil – 2019–2024

Ano	Valor (US\$ bi)	Nº de projetos	Setor líder	Forma predominante
2019	1,3	15	Eletricidade	Greenfield (42%)
2020	1,9	18	Eletricidade	Greenfield (88%)
2021	6,5	22	Petróleo / Eletricidade	Greenfield (46%)
2022	3,3	32	Eletricidade	Greenfield (59%)

2023	1,96	29	Eletricidade / Manufatura	Greenfield (83%)
2024	4,18	39 (recorde)	Eletricidade (34%) / Petróleo (25%)	Greenfield (79%)

Fonte: CEBC/Cariello (2023; 2025); MOFCOM (2025). Elaborado pelo autor.

O ano de 2024 foi particularmente expressivo. Os investimentos chineses confirmados no Brasil somaram US\$ 4,18 bilhões, crescimento de 113% em relação a 2023, com 39 projetos confirmados, novo recorde histórico. O crescimento percentual foi um dos mais significativos desde o início da série histórica em 2007, ficando atrás apenas dos aumentos verificados em 2015 e 2021. O Brasil foi a economia emergente que mais atraiu investimentos chineses naquele ano e o terceiro país receptor de capital produtivo da China no mundo, atrás apenas do Reino Unido e da Hungria. Esse desempenho ocorreu em um cenário de desafios: desvalorização do real, o dólar fechou 2024 com média de R\$ 5,39, incertezas geopolíticas e retração geral dos investimentos internacionais, que caíram 11% mundialmente em 2024 (Cariello, 2025).

Do ponto de vista setorial, o setor de eletricidade liderou a atração de investimentos em 2024, com participação de 34% do valor total e 56% do número de projetos, 22 empreendimentos, o maior número registrado em um ano desde o início da série histórica. Esses investimentos concentraram-se predominantemente em fontes renováveis, com empresas como China Three Gorges, CPFL, adquirida em 2017 pela State Grid, SPIC e CGN expandindo consistentemente suas operações em energia solar e eólica. Em segundo lugar, o segmento de petróleo absorveu 25% dos investimentos, com cerca de US\$ 1 bilhão investidos pela CNOOC, um dos maiores valores registrados na última década —, o que demonstra que, mesmo com forte presença chinesa na área de transição energética, há ainda grande interesse por projetos ligados a combustíveis fósseis. O setor de fabricação de automotores ficou em terceiro lugar (14%), impulsionado pela continuidade da construção das fábricas da BYD e da GWM no Brasil, seguido por mineração (13%) e transporte terrestre (12%), este último resultado do consórcio entre a CRRC e a Comporte para o trem São Paulo-Campinas.

Os investimentos chineses na indústria manufatureira merecem registro específico. O número de projetos nesse setor aumentou de forma praticamente ininterrupta desde 2021, chegando ao recorde de oito empreendimentos confirmados em 2024, com valor investido de US\$ 637 milhões. Esse avanço inclui a fabricação de veículos eletrificados, peças automotivas, máquinas e equipamentos para construção civil, eletrodomésticos e uma ampla variedade de aparelhos e instrumentos elétricos. O crescimento desses projetos está em linha com as políticas do governo brasileiro para incentivar a reindustrialização, como a "Nova Indústria Brasil" (NIB), lançada em janeiro de 2024, que foca em setores que já contam com investimentos chineses consolidados, incluindo infraestrutura, mobilidade sustentável, transformação digital e descarbonização (MDIC, 2025). Tais investimentos têm potencial de contribuir para a modernização tecnológica do parque industrial nacional, ao introduzir equipamentos de ponta, novas práticas de gestão e inovações nos processos produtivos.

O interesse chinês em minerais estratégicos também cresceu expressivamente no período. Em 2024, empresas chinesas realizaram ou anunciaram projetos de mineração voltados à extração de estanho, cobre, nióbio, lítio e outros minerais fundamentais para a indústria de transição energética. A aquisição da Mineração Taboca pelo China Nonferrous Metal Mining Group, empresa que atua na exploração de estanho, ferroligas contendo nióbio e tântalo, utilizados na indústria siderúrgica para fabricação de aços especiais e em tecnologias de energias renováveis, e a notícia de que a BYD teria adquirido direitos minerários em região rica em lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (Cariello, 2025), ilustram esse movimento estratégico. Esses investimentos abrem perspectivas de integração entre os países em diferentes etapas da cadeia de valor voltada à descarbonização, em consonância com a lógica do projeto chinês aplicado à transição energética global.

A forma de entrada dos investimentos também se transformou. A predominância de iniciativas *greenfield*, que envolvem a criação de novos empreendimentos ou a ampliação da capacidade produtiva existente, respondendo por 79% do total de projetos em 2024, sinaliza que as empresas chinesas estão cada vez menos dependentes de fusões e aquisições e cada vez mais apostando na construção

de nova capacidade produtiva no Brasil. Essa tendência é consistente com a lógica da Nova Economia do Projeto: a expansão chinesa no exterior não visa apenas controlar ativos existentes, mas construir capacidade produtiva nova, alinhada com os planos quinquenais e com as metas de soberania tecnológica do Estado chinês. Por fim, a descentralização geográfica dos investimentos, que passaram a atingir 14 estados em 2024, ante 8 no ano anterior, com a participação do Sudeste caindo do recorde de 79% em 2021 para 48%, aponta para uma capilarização crescente da presença chinesa no território brasileiro (Cariello, 2025).

Em perspectiva histórica, o estoque de investimentos chineses no Brasil acumulado entre 2007 e 2024 chegou a US\$ 77,5 bilhões, com 303 projetos confirmados. A maior parte do valor foi direcionada à energia, eletricidade (45%) e petróleo (29%), refletindo a entrada de grandes aportes intensivos em capital nas primeiras décadas da série histórica. Sob a perspectiva do número de projetos, contudo, a indústria manufatureira ocupa a segunda posição (22%), quase o triplo de sua participação na análise por valor, o que sinaliza a crescente diversificação e sofisticação dos investimentos chineses no país (Cariello, 2025).

A dimensão da assimetria e os desafios para o Brasil

A análise dos dados de comércio e investimento confirma e aprofunda o que já observávamos em trabalho anterior (Silveira, 2023): as relações geoeconômicas entre Brasil e China são marcadas por uma assimetria estrutural significativa, que coloca o Brasil em posição de maior dependência relativa. Essa assimetria se manifesta em pelo menos três dimensões distintas e interdependentes.

A primeira dimensão é a dependência comercial assimétrica. O Brasil tem a China como principal destino de suas exportações (28% do total em 2024) e como principal origem de suas importações (24,2% do total), ao passo que o Brasil representa apenas 1,8% das exportações totais da China e 5,5% de suas importações. A China é muito mais importante para o Brasil do que o Brasil é para a China, o que confere ao gigante asiático

uma vantagem negociadora estrutural em qualquer disputa ou renegociação das condições do comércio bilateral.

A segunda dimensão é a assimetria qualitativa das trocas. O Brasil exporta predominantemente commodities primárias, soja, minério de ferro, petróleo, cuja dinâmica de preços é determinada por fatores externos sobre os quais o país tem pouco controle. A China, por sua vez, exporta produtos manufaturados de alto valor agregado, equipamentos, máquinas, eletrônicos, veículos, cujos preços refletem investimentos em tecnologia, pesquisa e conhecimento. Essa assimetria reproduz, em escala bilateral, a divisão internacional do trabalho que a tradição cepalina denunciou há décadas e que o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, analisado por Lamoso (2020) e por Espíndola (2019), tornou ainda mais pronunciada.

A terceira dimensão é a assimetria dos investimentos. Enquanto a China investe crescentemente no Brasil, com 303 projetos e US\$ 77,5 bilhões acumulados entre 2007 e 2024, os investimentos produtivos brasileiros na China são praticamente inexistentes. O Brasil vende matérias-primas e recebe manufaturados e capital, o que aprofunda, ao longo do tempo, a dependência tecnológica e a vulnerabilidade estrutural da economia brasileira.

Contudo, como já analisou este autor (Silveira, 2023), o grau de aprofundamento das relações econômicas da China com o Brasil impediu que mesmo governos reacionários como o de Bolsonaro conseguissem ir muito além da retórica em suas relações com o país. Os interesses econômicos de grupos poderosos, do agronegócio à mineração, das empresas de energia às de telecomunicações, com negócios consolidados no mercado chinês impuseram-se ante o discurso anticomunista, evidenciando a força estrutural das relações econômicas sino-brasileiras. Nesse aspecto, os dados mostram que a China soube construir uma presença econômica no Brasil que a torna estruturalmente relevante independentemente do ciclo político interno brasileiro.

A assinatura dos 37 acordos bilaterais em novembro de 2024, durante a visita do presidente Xi Jinping ao Brasil, abre perspectivas de uma possível mudança qualitativa

nas relações entre os dois países. A expectativa, registrada nos documentos oficiais da visita (Brasil, 2025), é a de diversificar a cooperação para além das commodities, avançando em inteligência artificial, semicondutores e energias renováveis. A eventual adesão do Brasil à BRI, cuja possibilidade foi sinalizada pelo presidente Lula da Silva em 2024, poderia abrir uma nova janela de oportunidades para parcerias produtivas de maior qualidade e impacto no desenvolvimento nacional. Tais perspectivas, porém, não se realizarão de forma espontânea: exigem do lado brasileiro uma estratégia ativa e consistente de negociação, alicerçada em um projeto nacional de desenvolvimento soberano.

Considerações Finais

Discutiu-se, ao longo deste trabalho, que as relações geoeconômicas entre Brasil e China no período 2019–2024 são marcadas por uma dialética entre crescimento e assimetria: as trocas bilaterais crescem em volume expressivo, os investimentos atingem recordes históricos, e, ao mesmo tempo, a estrutura qualitativa da relação permanece desfavorável ao Brasil.

Demonstrou-se que, relativamente à análise das trocas comerciais, a China consolidou-se definitivamente como o principal parceiro econômico do Brasil, respondendo por 28% do total exportado e por 41,4% do superávit comercial em 2024. As exportações brasileiras para a China cresceram 83% no período analisado, de US\$ 63,3 bilhões em 2019 para US\$ 116 bilhões em 2024, mas permaneceram concentradas em três produtos primários que respondem por 75,6% do total.

Analisou-se que o grau de aprofundamento das relações econômicas da China com o Brasil impediu que mesmo o governo Bolsonaro, de caráter protofascista e sinofóbico, conseguisse ir muito além da retórica em suas relações com o país. Os interesses econômicos de grupos poderosos impuseram-se ante o discurso anticomunista, evidenciando que as relações econômicas sino-brasileiras possuem uma base estrutural sólida, resistente às variações do ciclo político interno.

Evidenciou-se que os investimentos chineses no Brasil atingiram recorde histórico em 2024, US\$ 4,18 bilhões e 39 projetos confirmados, com crescente diversificação setorial e geográfica. Essa reorientação dos investimentos, da aquisição de grandes ativos para a construção de nova capacidade produtiva, com foco em transição energética e reindustrialização, é consistente com a lógica da Nova Economia do Projeto e com a estratégia chinesa de longo prazo.

Argumentou-se que a assinatura, em novembro de 2024, de trinta e sete acordos bilaterais entre Brasil e China abre a possibilidade de uma nova dinâmica nas relações entre os dois países, com potencial de diversificação qualitativa da cooperação bilateral para além das commodities. Essa possibilidade, porém, depende da construção de uma estratégia nacional soberana por parte do Brasil.

Por fim, é necessário ressaltar que, embora o Brasil esteja entre os vinte primeiros parceiros comerciais da China, em termos relativos há uma grande disparidade da penetração chinesa no Brasil tendo em vista o alcance do Brasil no mercado chinês, tornando o Brasil muito mais dependente da China do que este do Brasil. Superar essa assimetria estrutural, que reproduz, em escala bilateral, a velha divisão internacional do trabalho entre exportadores de matérias-primas e exportadores de manufaturados, requer muito mais do que acordos bilaterais: requer um projeto nacional de desenvolvimento soberano que articule política industrial consistente, diversificação da pauta exportadora e aprofundamento das parcerias bilaterais com a China em setores de maior valor agregado. Esse é o desafio central que se coloca ao Brasil nas próximas décadas.

Referências bibliográfica

- ALMEIDA, M. D. S. *Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese*. São Paulo: Atlas, 2011.
- ANDERSON, P. *Duas revoluções: Rússia e China*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AZEVEDO, B. D. *Brasil: inserção internacional pragmática; uma reflexão dos governos Geisel e Lula*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

BOER, R. Socialism with Chinese characteristics: a guide for foreigners. Dalian: Dalian University of Technology, 2023.

BRASIL. Portal do Planalto, nov. 2024. Em visita de Estado do presidente Xi Jinping, Brasil e China ampliam patamar das relações bilaterais. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto> . Acesso em: 26 mar. 2026.

CARIELLO, T. Crescimento econômico qualitativo, inovação e meio ambiente estarão no centro do desenvolvimento chinês entre 2021 e 2025. Conselho Empresarial Brasil-China, CEBC Alerta, ed. 137, mar. 2021.

CARIELLO, T. Investimentos chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2023.

CARIELLO, T. Investimentos chineses no Brasil 2024: reindustrialização e transição energética. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2025.

COMEXSTAT. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços–MDIC. Exportação e importação geral. 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> . Acesso em: 25 mar. 2026.

DENG, X. Selected Works. v. 4 (1992-1995). Beijing: Foreign Languages Press, 2011.

ESPÍNDOLA, C. J. Considerações sobre os determinantes do desenvolvimento econômico da América Latina: dos anos de 1980 ao início do século XXI. Revista Pantaneira, Aquidauana, v. 16, p. 28-42, 2019.

FRISCHTAK, C.; SOARES, A.; O'CONORT, T. Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2013.

GABRIELE, A. Enterprises, Industry and Innovation in the People's Republic of China. Singapura: Springer Nature, 2020.

HARVEY, D. A Brief History of Neoliberalism. Oxford: Oxford University Press, 2005.

JABBOUR, E. K. Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje. 2010. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JABBOUR, E. K. China Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois. São Paulo: Anita Garibaldi, 2019.

- JABBOUR, E. K.; DANTAS, A. The Political Economy of Reforms and the Chinese Present Transition. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017.
- JABBOUR, E. K.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C.; VELLOZO, J. A Nova Economia do Projeto: reflexões sobre o desenvolvimento econômico chinês. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020.
- JABBOUR, E. K.; DANTAS, A.; VADELL, J. Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. *Estudos Internacionais*, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2022.
- JABBOUR, E. K.; GABRIELE, A. China: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LAMOSO, L. P. Reprimarização no território brasileiro. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, n. 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957>. Acesso em: 25 mar. 2026.
- LOSURDO, D. Has China Turned to Capitalism?—Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism. *International Critical Thought*, v. 7, n. 1, p. 15-31, mar. 2017.
- MEDEIROS, C. A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília: CGEE, 2013. v. 2.
- MEDEIROS, C. A. *Desenvolvimentismo com Características Chinesas*. Petrolina: Mimeo, 2022.
- MINISTRY OF COMMERCE, PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. MOFCOM. Department Official of Outward Investment and Economic Cooperation. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/>. Acesso em: 25 mar. 2026.
- MÜLLER, P. N. Negócio da China: a relação entre mídia e poder na diplomacia do Governo Geisel (1974-1979). *Revista Crítica Histórica*, v. 10, n. 20, p. 137-155, 2019.
- NAUGHTON, B.; TSAI, K. S. *State Capitalism, Institutional Adaptation, and the Chinese Miracle*. New York: Cambridge University Press, 2015.
- SILVEIRA, R. B. Análise das relações geoeconômicas China – Mercosul pós 2003. *Geosul*, Florianópolis, v. 38, n. 86, p. 370-400, mai. 2023.

SILVEIRA, R. B.; CASCAES MONTANHA, O. Análise das relações geoeconômicas Brasil – China no período 2013-2023. *Entre-Lugar, Dourados*, v. 15, n. 30, p. 108-139, dez. 2024.

SILVEIRA, R. B. Evolução do conceito de nova economia do projeto. *Princípios, São Paulo*, v. 44, n. 172, p. 197-215, 2025.

UN COMTRADE. United Nations Commodity Trade. New York, 2024. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/> . Acesso em: 13 mar. 2026.

WORLD BANK. DataBank. 2025. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/> . Acesso em: 25 mar. 2026.

Data de Submissão: 28/06/2026

Data da Avaliação: 28/08/2026